

THE SOCIAL CONSTRUCTION OF HUMAN KINDS

A CONSTRUÇÃO SOCIAL DOS TIPOS HUMANOS

SVEINSDÓTTIR, ÁSTA KRISTJANA. THE SOCIAL CONSTRUCTION OF HUMAN KINDS. *HYPATIA*, V. 28, N. 4, p.716-732, 2013.

Guilherme de Césarís Almeida*

A metafísica feminista tem sido pouco estudada no Brasil. Ásta Sveinsdóttir é professora do Departamento de Filosofia da Universidade Estadual de São Francisco (*San Francisco State University*) e os seus trabalhos nessa área, entre os quais o artigo que é objeto desta resenha, se destacam pela defesa do paradigma do atribucionismo do gênero (*gender conferralism*), segundo o qual o gênero diz respeito aos padrões de crença sobre o papel e o *status* social, em vez do paradigma das estruturas sociais, para o qual o gênero se refere a uma estrutura social hierárquica. A escolha de um ou outro desses paradigmas, como observa Barnes (2014, p.340-341), determina diferentes respostas à pergunta sobre o que é o gênero.

Ásta Sveinsdóttir divide o seu artigo em seis seções principais, respectivamente, “Introdução”, “Construção social”, “Um quadro para o debate”, “Atribucionismo sobre propriedades particulares: exemplos do sexo e do gênero”, “Que um tipo humano é atribuído” e, por fim, “Construção social e o projeto de desmascaramento”.

Na primeira seção (p.716-717) há a apresentação do objetivo da autora com o texto em questão, que é o de oferecer um quadro metafísico que fundamente certo tipo de construtivismo social.

* Licenciado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2013). Pós-graduando em Ensino de Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Mestrando em Filosofia Antiga e Medieval pela Universidade Federal de Minas Gerais. Participante do Grupo de Estudos sobre Simone de Beauvoir (2011, 2012 e 2015), coordenado pela Profa. Magda Guadalupe dos Santos (IFTDJ-PUC MINAS).

Na segunda seção (p.717-718) há um breve histórico do debate sobre a construção social dos tipos humanos. Destacam-se aí os trabalhos de Ian Hacking, que oferece uma metafísica dos tipos humanos em geral, classificada como um nominalismo dinâmico, caracterizada pelo caráter não inevitável de tais tipos, pelo historicismo e pelo respeito à alteridade; e de Sally Haslanger, adepta do construcionismo social, que assume com um dos objetivos de sua filosofia o desmascaramento das crenças comumente aceitas na sociedade e que servem para justificar práticas, medidas e instituições opressivas. A metafísica feminista, nesse sentido, ao explicitar o que os tipos humanos são em si mesmos, serve aos objetivos políticos da luta contra a opressão, na medida em que revela que o que até então era tomado como um dado natural não passa de uma construção social. Ásta Sveinsdóttir, então, distingue a sua metafísica feminista daquela de Haslanger, afirmando que as crenças dizem respeito a propriedades naturais ou sociais que são operativas em determinados contextos e nem todas são falsas. Uma crença errônea é a que relaciona uma propriedade inadequada a um determinado contexto e o seu “desmascaramento” consiste na revelação da propriedade que é aí realmente operativa.

Na terceira seção (p.719-722) há a apresentação da ideia central da metafísica feminista de Ásta Sveinsdóttir, ou seja, da ideia de propriedade atribuída, isto é, uma propriedade que possui algo em virtude de alguma atitude, ação, estado ou grupo de sujeitos. A autora, para ilustrar essa ideia, retoma uma passagem do *Eutífron* de Platão (1578, 10a), na qual se pergunta se uma ação é piedosa porque é amada pelos deuses ou se os deuses amam uma ação porque esta é piedosa. Inicialmente, Eutífron sustenta uma posição atribucionista com relação à propriedade de “ser piedoso”, ao pensar que é o amor dos deuses que atribui a propriedade de “ser piedosa” à ação, enquanto Sócrates defende que o “ser piedoso” é independente dos deuses e estes simplesmente reconhecem uma propriedade que a ação já possui em si mesma e, então, passam a amá-la. Ásta Sveinsdóttir, então, afirma que a discussão sobre a construção social dos tipos humanos espelha exatamente o debate entre Eutífron e Sócrates: no lugar da “ação” se coloca o “sujeito humano”; no lugar da propriedade de “ser piedoso” se coloca as propriedades referentes aos “tipos humanos”, tais como as de “ser mulher” ou de “ser homossexual”; por fim, no lugar dos “deuses” o “pensamento humano”; desse modo, se pergunta: “ser mulher” ou “ser homossexual” são propriedades dependentes ou não do pensamento humano? A posição de

Eutífron, assumida por Ásta Sveinsdóttir e identificada com a do construtivismo social, seria a de que essas propriedades não são naturalmente dadas ou reais, mas antes dependentes dos pensamentos, atitudes e práticas humanas.

A autora, contudo, distingue dois tipos de propriedades atribuídas: as que são totalmente atribuídas, como a de “ser popular”, que são inteiramente dependentes de outras pessoas; e as que são mescladas com propriedades não-atribuídas, como no caso de um arremessador fazendo um *strike* no baseball. Com efeito, em uma abordagem atribucionista da propriedade de ser um *strike*, tanto o julgamento do árbitro como a trajetória da bola conferem ao arremesso a propriedade de ser um *strike*. Há, portanto, um fato físico, não-atribuído, que é a trajetória da bola, mas este não determina o fato do baseball. Resta, então, saber se os tipos humanos são propriedades atribuídas puramente sociais ou mescladas com fatos físicos.

Na quarta seção (p.722-727), Ásta Sveinsdóttir demonstra como o atribucionismo pode suportar um projeto construcionista de desmascaramento, aplicando essa sua teoria ao estudo das categorias de sexo e gênero. A autora aponta que a distinção entre sexo e gênero tem a sua origem no *Segundo Sexo* de Simone de Beauvoir, mas observa que é uma questão controversa se esta pensadora interpretava o sexo como biologicamente dado e o gênero como uma significação social do sexo. Uma interpretação plausível dessa distinção seria a de que o sexo é uma propriedade biológica não-atribuída, enquanto o gênero é uma propriedade atribuída pela sociedade para as pessoas de acordo com o seu sexo. Segue, então, uma explicação de como a atribuição do gênero é dependente do contexto. Ásta Sveinsdóttir, porém, lembra que para Judith Butler o sexo também é um produto das forças sociais. A autora observa, nesse caso, que a divisão em dois sexos é resultado de um critério não absoluto – pois há outros, como demonstra o trabalho da bióloga Anne Fausto-Sterling –, baseada na genitália, nos cromossomos e nos níveis hormonais, cuja validade depende do reconhecimento da autoridade legal e médica. A divisão em dois sexos, desse modo, se mostra mais como um produto das forças sociais do que um dado natural.

Na quinta seção (p.727-729), Ásta Sveinsdóttir discute sobre uma hierarquia das propriedades atribuídas, há aqueles que sustentam que a propriedade mais importante para um tipo humano é posse de certo *status* legal, isto é, um reconhecimento pelas autoridades que implica em privilégios e encargos, e há também os construcionistas que ressaltam que é

a propriedade de ser assumido como certo tipo humano reconhecido pela lei. A posição de Ásta Sveinsdóttir, porém, é que a propriedade mais importante não está relacionada com a legalidade, mas corresponde à que é operativa em um determinado contexto. Uma propriedade operativa em um determinado contexto é a que desempenha neste um papel social; por exemplo, há ou não uma importância social em ter um nariz grande quando isto implica ou não certos privilégios ou encargos. O sexo e o gênero, do mesmo modo, são socialmente importantes somente quando implicam em certos privilégios ou encargos. Nesta seção do artigo, além disso, Ásta Sveinsdóttir define o gênero como o significado social do sexo em um contexto.

Na sexta seção (p.729-730), por fim, afirma-se que o desmascaramento efetivado pelo construtivismo social consiste em demonstrar que as restrições e as capacitações que acompanham um tipo humano não são justificáveis com base na referência a uma determinada propriedade tomada para definir o tipo em questão, já que essas restrições e capacitações são resultados de *status* socialmente atribuídos. Na verdade, é a atribuição desses *status* que necessita de justificação.

O artigo em questão oferece aos interessados e estudiosos do feminismo uma apresentação sucinta do paradigma do atribucionismo do gênero e de seus principais conceitos. Ásta Sveinsdóttir utiliza uma linguagem acessível ao público não especializado, fazendo o uso de muitos exemplos e comparações, além de estabelecer um diálogo constante com autoras de fundamental importância no pensamento feminista, como Simone de Beauvoir, Judith Butler e Sally Haslanger.

REFERÊNCIAS

BARNES, Elizabeth. Going Beyond the Fundamental: Feminism in Contemporary Metaphysics. **Proceedings of the Aristotelian Society**, v. 114, p. 335-351, Dez. 2014.